

## **LEI ORDINÁRIA Nº 1.654 de 10 DE MAIO DE 2021.**

***“Altera o anexo I da Lei Ordinária Municipal nº 1.523/2017 e dá outras providências.”***

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica alterado o anexo I da Lei Ordinária Municipal nº 1.532/2017.

**Art. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lajinha/Minas Gerais, 10 de maio de 2021.

**João Rosendo Ambrósio de Medeiros**

Prefeito Municipal



Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, 31 Centro - Lajinha, CEP 36.980-000



falecom@cmlajinha.mg.gov.br



www.cmlajinha.mg.gov.br



(33) 3444-1548/1558

## ANEXO I

### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

|  |
|--|
| <b>Número de cargos:</b> 50 (cinquenta) cargos   |
| <b>Vencimento:</b> R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais)   |
| <b>Carga horária:</b> 40 horas/semanais  |
| <b>Requisitos:</b> Ensino Médio + Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas + Residir na área da comunidade em que atuar, desde a publicação do edital do Processo Seletivo Público   |
| <b>ATRIBUIÇÕES:</b><br>I – exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal;<br>II – utilizar instrumentos para diagnósticos demográficos e socioculturais da comunidade;<br>III – promover ações de educação para saúde individual e coletiva;<br>IV – registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, as doenças e outros agravos à saúde;<br>V – estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;<br>VI – realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;<br>VII – participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; e<br>VIII – outras atribuições que a Lei Federal nº 11.350/2006 determinar. |

### AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

|   |
|---|
| <b>Número de cargos:</b> 07 (sete) cargos   |
| <b>Vencimento:</b> R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais)  |
| <b>Carga horária:</b> 40 horas/semanais   |
| <b>Requisitos:</b> Curso de Formação Inicial, com carga horária mínima de 40 horas + Ensino Médio   |
| <b>ATRIBUIÇÕES:</b><br>I - desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;<br>II - realizar ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica;<br>III - identificar casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhar, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicar o fato à autoridade sanitária responsável;<br>IV - divulgar informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;<br>V - realizar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; |



- VI – cadastrar e atualizar a base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;
- VII - executar ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;
- VIII - executar ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;
- IX - registrar informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;
- X – identificar e cadastrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; .
- XI – mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; e
- VIII – outras atribuições que a Lei Federal nº 11.350/2006 determinar.

